



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO **DESPORTO**
E **JUVENTUDE**, I. P.



Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas - PRID 4.ª edição (2020)

NORMAS DO PROGRAMA / FORMULÁRIO DE CANDIDATURA

** esta apresentação não dispensa a consulta das Normas do Programa, disponíveis em www.ipdj.pt/ **

➤ **Objetivo**

Promoção da requalificação das instalações desportivas ao serviço das populações, localizadas em território nacional continental.

➤ **Destinatários**

Clubes e associações desportivos cujos estatutos incluam o fomento e a prática de atividades desportivas e que demonstrem ser constituídos sob a forma de associação sem fins lucrativos, nos termos gerais de direito.

➤ As Candidaturas estarão abertas de **20 de janeiro** a **20 de fevereiro, até às 23h59m**

➤ A Instrução das candidaturas será **exclusivamente online**

➤ **Esclarecimento de dúvidas**

Poderão ser esclarecidas dúvidas relativas à elaboração das candidaturas durante o período de abertura das mesmas. Estes esclarecimentos poderão ser efetuados para o telefone geral do IPDJ, IP **210 470 000** nos dias úteis nos seguintes horário:

- Manhã – 10h00 às 12h00m
- Tarde – 14h00m às 16h00m

➤ **Comunicação da decisão e celebração de contratos programa**

a) A decisão que recair sobre as candidaturas e os montantes da comparticipação serão publicitados na página do IPDJ, até **22 de maio de 2020**.

b) A data limite para entrega de todos os documentos inerentes à execução do contrato-programa deverá ser até **15 de novembro de 2021**.

➤ Despesas elegíveis

No âmbito do presente programa, **são elegíveis** despesas com intervenções a realizar nas instalações afetas à prática da atividade desportiva dos clubes e associações, designadamente, obras de Reabilitação e/ou Conservação de:

a) Pavimentos desportivos

b) Coberturas e paredes;

c) Vestiários - balneários e valências neles existentes;

d) Instalações sanitárias;

➤ Despesas elegíveis

e) Construção ou reparação de redes e equipamentos de gás, água e eletricidade;

f) Reparação de sistemas de tratamento de água de piscinas;

g) Construção ou reparação de vedações;

h) Adaptação da instalação existente, assegurando a acessibilidade de indivíduos com mobilidade condicionada, a qualidade de vida e o exercício dos direitos dos mesmos, segundo as normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada publicadas pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto;

➤ Despesas elegíveis

- i) Melhorias que tenham como fim a eficiência energética das instalações existentes;
- j) Obras de ampliação das valências existentes;
- k) Substituição de elementos construtivos que contenham poeiras/ fibras de amianto, de acordo o Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho;
- l) Outras obras que venham a ser consideradas pertinentes ao desenvolvimento das atividades desportivas da entidade candidata.

➤ Despesas não elegíveis

Não são consideradas elegíveis, as despesas relativas a:

- a) Estudos técnicos de levantamento do terreno e/ou dos edifícios existentes ou de preparação e execução das obras;
- b) Estudos necessários à instrução da candidatura;
- c) Trabalhos complementares, trabalhos de suprimentos de erros e omissões do projeto, revisões de preços e atualizações orçamentais;
- d) Bens móveis da instalação, designadamente o mobiliário não fixo.

➤ **Comparticipação Financeira**

A participação do IPDJ não pode ultrapassar 50% do total das despesas que se consideraram elegíveis na análise técnica do orçamento apresentado pelas entidades candidatas, no valor máximo de € **50.000 (cinquenta mil euros)**, com IVA incluído.

O valor da participação será proporcionalmente reduzido caso o custo final das obras se revele inferior ao custo elegível apurado na análise técnica da candidatura aprovada.

Para efeitos de inclusão de despesas realizadas antes da apresentação da candidatura, apenas serão consideradas aquelas relativas aos trabalhos realizados em 2020.

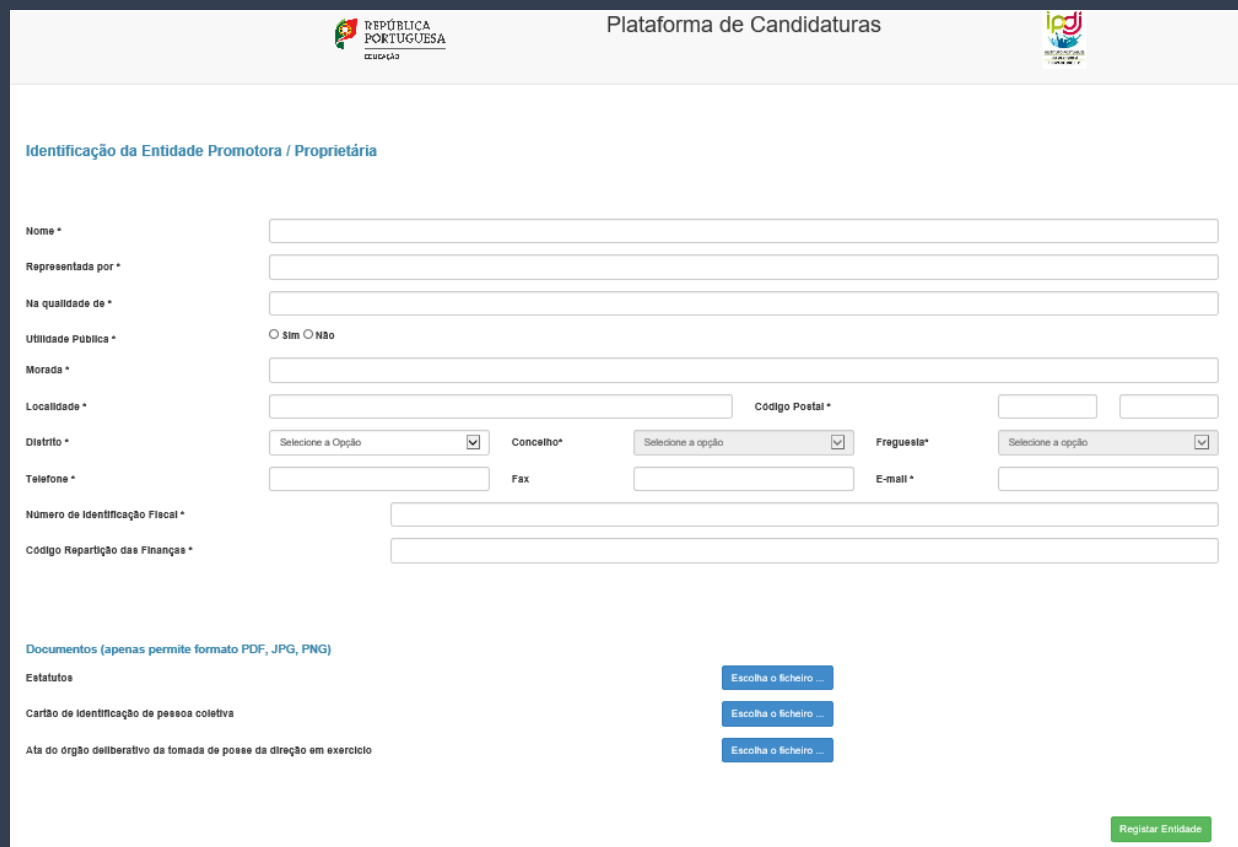
A participação financeira será efetuada da seguinte forma:

- Primeira Prestação – correspondente a 80% da verba atribuída, após celebração do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo e a sua publicação no site do IPDJ, nas condições do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualmente em vigor;
- Segunda e última Prestação – correspondente a 20% da verba atribuída, após conclusão da intervenção e validação de toda a documentação referida no nº 9 das presentes Normas.

➤ Submissão de Candidaturas

A Instrução das candidaturas será **exclusivamente online**.

Os interessados deverão proceder ao registo da sua entidade através do site <http://candidaturas.ipdj.pt/>



Plataforma de Candidaturas

Identificação da Entidade Promotora / Proprietária

Nome *

Representada por *

Na qualidade de *

Utilidade Pública * ☐ Sim ☐ Não

Morada *

Localidade * Código Postal *

Distrito * ☒ Concelho * ☒ Freguesia * ☒

Telefone * Fax E-mail *

Número de Identificação Fiscal *

Código Repartição das Finanças *

Documentos (apenas permite formato PDF, JPG, PNG)

Estatutos

Cartão de identificação de pessoa coletiva

Ata do órgão deliberativo da tomada de posse da direção em exercício

Nesta fase, a entidade terá que preencher os dados relativos ao clube ou entidade desportiva. Terão que submeter também **Estatutos**, **cartão de identificação de pessoa coletiva** e **ata do órgão deliberativo da tomada de posse da direção em exercício**, que serão posteriormente validados pelos serviços do IPDJ, IP.

De seguida, será enviado para o e-mail de registo uma password que servirá para efetuar o login no Formulário de Candidatura.



Plataforma de Candidaturas

O registo foi efetuado com sucesso. irá receber mais informações no email de registo.


NPC

Password

[Esqueceu a sua password?](#)


Ainda não estou registado. [Clique aqui!](#)

Ao inserir os dados de registo, o candidato entrará na Plataforma de Candidaturas do IPDJ, IP, na qual terá que optar pelo Programa em causa, ou seja, **Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas (PRID) - 2020**




REPÚBLICA
PORTUGUESA
EDUCAÇÃO


Plataforma de Candidaturas




Teste IPDJ ▾




Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas (PRID) - 2020
Promoção da requalificação das instalações desportivas ao serviço das populações, localizadas em território nacional continental
[Entrar »](#)




Programa Nacional de Desporto para Todos (PNDpT) - 2019
Programa Nacional de Desporto para Todos é uma medida estrutural que visa apoiar programas desportivos que promovam a generalização da prática desportiva de âmbito informal, recreativo ou competitivo (não federado), entendida como uma atividade determinante na formação e desenvolvimento integral dos cidadãos e, por conseguinte, da sociedade.
[Entrar »](#)



Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas (PRID) - 2019
Promoção da requalificação das instalações desportivas ao serviço das populações, localizadas em território nacional continental
[Entrar »](#)



Programa Nacional de Desporto para Todos (PNDpT) - 2018
Programa Nacional de Desporto para Todos é uma medida estrutural que visa apoiar programas desportivos que promovam a generalização da prática desportiva de âmbito informal, recreativo ou competitivo (não federado), entendida como uma atividade determinante na formação e desenvolvimento integral dos cidadãos e, por conseguinte, da sociedade.
[Entrar »](#)



Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas (PRID) - 2018
Promoção da requalificação das instalações desportivas ao serviço das populações, localizadas em território nacional continental
[Entrar »](#)

➤ **Formulário de Candidatura**

O Formulário de Candidatura consiste em 6 capítulos:

I - IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA OBRA / INTERVENÇÃO

II - CARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE DESPORTIVA REGULAR

III - DOCUMENTOS DO PROCESSO FORMAL DE CANDIDATURA

IV - DOCUMENTOS TÉCNICOS DE INTRUÇÃO DA CANDIDATURA

V - FONTES DE FINANCIAMENTO PREVISTAS E RESPECTIVOS MONTANTES

VI - IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO PROJETO/OBRA

Cada capítulo corresponde a uma página do Formulário, sendo que para se ir avançando no preenchimento da Candidatura, terão que ser inseridos todos os dados solicitados.

➤ I – Identificação e localização da obra / intervenção

Tipologia da Infraestrutura Desportiva

Selecione a opção ▼

Designação da Obra / Objeto da Intervenção

Distrito

Selecione a Opção ▼

Concelho

Selecione a Opção ▼

Freguesia

Selecione a Opção ▼

Direção Regional

LVT

Obra de

- ☐ Renovação, reabilitação e conservação de pisos desportivos, coberturas e paredes
- ☐ Renovação, reabilitação, conservação, ampliação e modernização de vestiários-balneários e valências neles existentes
- ☐ Renovação, reabilitação, conservação, ampliação e modernização de instalações sanitárias
- ☐ Construção ou reparação de redes e equipamentos de gás, água e eletricidade
- ☐ Reparação sistemas de tratamento de água de piscinas
- ☐ Construção ou reparação de vedações
- ☐ Construção ou reparação rampas e corrimãos de apoio a pessoas com mobilidade condicionada
- ☐ Melhorias que tenham como fim a eficiência energética das instalações existentes e a redução do consumo energético
- ☐ Substituição de elementos construtivos com amianto
- ☐ Outras

Titularidade da Instalação / Natureza da Posse

☒ Proprietário da instalação desportiva

☐ Arrendatário / Cedência / Direito Superfície / Outro da instalação desportiva

Custo estimado da intervenção

Período de Execução da Obra

Data Prevista Início

Data Prevista Fim

Descrição sumária da intervenção (Máximo 250 caracteres)

O candidato terá que preencher os dados relativos à obra / intervenção, definir a Titularidade da Instalação / Natureza de Posse da infraestrutura alvo de intervenção, bem como definir o custo estimado da intervenção (com IVA incluído) e as datas previstas de início e fim da obra. Por último terá que se efetuar uma descrição sumária da intervenção.

➤ II – Caracterização da atividade desportiva regular

Caracterização da situação de prática desportiva

Modalidade	Masculinos seniores (1)	Masculinos formação (2)	Femininos seniores (3)	Femininos formação (4)	Deficientes (5)	
<input type="text"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="button" value="Adicionar"/>

(1) Masculinos seniores: praticantes masculinos, excluindo menores de 18 anos e deficientes.

(2) Masculinos formação: praticantes masculinos até aos 18 anos exceto deficientes.

(3) Femininos seniores: praticantes femininos, excluindo menores de 18 anos e deficientes.

(4) Femininos formação: praticantes femininos até aos 18 anos exceto deficientes.

(5) Deficientes: praticantes masculinos e femininos, portadores de deficiência.

Neste campo de preenchimento obrigatório, terão que ser indicadas a(s) modalidade(s) promovidas pelo Clube/associação, bem como o número de praticantes respetivos. Depois de preenchidos estes parâmetros terá que se clicar no botão “adicionar”. Caso haja mais modalidades, deverá constar nas linhas seguintes.

Relevância da intervenção na melhoria da prática desportiva (máximo 250 caracteres)

O candidato terá também que escrever um texto que resuma a relevância da intervenção na melhoria da prática desportiva.

➤ III – Documentos do processo formal da candidatura

Deverão ser anexados em formato PDF, JPG, PNG ou ZIP os documentos relativos ao processo formal da candidatura.

Existem alguns modelos e explicações mais detalhadas dos documentos a submeter, nas Normas, bem como nos anexos das mesmas.

Formulário de Candidatura

III - DOCUMENTOS DO PROCESSO FORMAL DE CANDIDATURA (apenas permite formato PDF, JPG, PNG ou ZIP)

Após a submissão da candidatura já não é possível alterar a informação inserida
Todos os campos são obrigatórios excepto indicação em contrário

Consulte as [Normas](#) e os respetivos [modelos dos documentos](#)

Alvará de autorização de utilização do imóvel/instalação desportiva onde se localiza a intervenção objeto da candidatura, cópia do pedido de emissão do alvará de autorização de utilização à autarquia ou declaração em como a instalação desportiva é propriedade do Município.

Escolha o ficheiro ...

Documento comprovativo da qualidade de proprietário ou declaração do mesmo autorizando a realização das intervenções a efetuar

Escolha o ficheiro ...

Ata do órgão deliberativo da tomada de posse da direção em exercício. Cópia da publicação dos Estatutos em Diário da República se aplicável. Cópia da escritura pública de constituição da entidade se aplicável.

Escolha o ficheiro ...

Anterior

Gravar e continuar

NOTA: Em algumas situações, poderão ser solicitados mais do que um documento em cada campo. Nestes casos, o candidato deverá criar uma pasta compactada (ZIP), ou juntar os vários documentos num único PDF.

- 14 -

➤ IV – Documentos técnicos de instrução da candidatura

IV - DOCUMENTOS TÉCNICOS DE INSTRUÇÃO DA CANDIDATURA (apenas permite formato PDF, JPG, PNG ou ZIP)

Após a submissão da candidatura já não é possível alterar a informação inserida
Todos os campos são obrigatórios excepto indicação em contrário

Consulte as Normas e os respetivos modelos dos documentos

Memória descritiva e justificativa (com diagnóstico da situação, descrição das patologias, objetivo da intervenção do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades e dos resultados esperados, programa geral e critérios de dimensionamento, quando aplicável) com planta de localização (com identificação da morada da área de intervenção)	Escolha o ficheiro ...
Planta de Implantação à escala 1:1000 ou superior (com identificação da área de intervenção)	Escolha o ficheiro ...
Orçamento ou estimativa de custo da obra (com IVA), incluindo lista de preços unitários	Escolha o ficheiro ...
Projeto da intervenção - Projeto de Arquitetura e/ou Projetos das Especialidades (se aplicável). (Caso a intervenção seja considerada de escassa relevância urbanística, são sempre necessárias, pelo menos, as peças desenhadas e escritas que evidenciem claramente a intervenção objeto da candidatura - Ver anexo 2 das Normas do PRID 2020)	Escolha o ficheiro ...
Levantamento fotográfico demonstrativo da necessidade da intervenção (ficheiro comprimido com 20 MB, no máximo e um limite de 8 fotografias)	Escolha o ficheiro ...
Licença de Construção ou cópia autenticada do pedido à autarquia. (Caso a Intervenção seja de escassa relevância urbanística, cópia autenticada da Notificação da Intervenção à Câmara Municipal).	Escolha o ficheiro ...
Outros documentos 1	Escolha o ficheiro ...
Outros documentos 2	Escolha o ficheiro ...
Outros documentos 3	Escolha o ficheiro ...
Outros documentos 4	Escolha o ficheiro ...
Outros documentos 5	Escolha o ficheiro ...

Anterior

Deverão ser anexados em formato PDF, JPG, PNG ou ZIP os documentos técnicos de instrução da candidatura.

Existem alguns modelos e explicações mais detalhadas de cada documento a submeter, nas Normas, bem como nos anexos das mesmas.

Existe a hipótese de se inserir outros documentos que possam ser úteis para a apreciação técnica da candidatura.

NOTA: Em algumas situações, poderão ser solicitados mais do que um documento em cada campo. Nestes casos, o candidato deverá criar uma pasta compactada (ZIP), ou juntar os vários documentos num único PDF.

➤ V – Fontes de financiamento previstas e respetivos montantes

Os valores a registar têm de incluir IVA

Custo estimado da intervenção	<input type="text"/>
1 - Montante proveniente de receitas próprias	<input type="text"/>
2 - Montante proveniente de receitas públicas (Câmara Municipal, Junta freguesia, etc)	<input type="text"/>
3 - Montante proveniente de outras receitas	<input type="text"/>
4 - Montante comparticipação a solicitar ao IPDJ, I.P.	<input type="text"/>
Total receita prevista (1 + 2 + 3 + 4)	<input type="text"/>

Nesta secção, o candidato terá que inserir o valor do montante proveniente de receitas próprias [1], o valor do montante proveniente de receitas públicas [2] (Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, ***etc...Nota: o valor a solicitar ao IPDJ, IP estará abaixo autonomizado***), o valor do montante proveniente de outras receitas [3] (patrocínios, donativos, etc...) e o valor do montante da comparticipação a solicitar ao IPDJ, IP [4] (***Nota: Este valor não poderá ser superior a 50.000,00€ nem exceder 50% do valor total elegível da candidatura***).

➤ VI – Identificação do Técnico responsável pelo Projeto/Obra

Nome	<input type="text"/>
Categoria Profissional / Função	<input type="text"/>
Telefone	<input type="text"/>
Email	<input type="text"/>

Nesta última página, terá que ser fornecida a identificação do técnico responsável pelo Projeto/Obra.

Nas intervenções sujeitas a controlo prévio, nos termos do art.º 4.º do DL n.º 136/2014, de 09 de setembro, é obrigatória a identificação do técnico responsável pelo Projeto / Obra, suportada por declaração da respetiva Ordem Profissional.

Nas intervenções não sujeitas a controlo prévio, é bastante a identificação do responsável do Clube / Associação pela intervenção, de acordo com a legislação em vigor e normas técnicas aplicáveis.

➤ Submissão da Candidatura



Anterior Gravar Submeter candidatura

Depois de preenchidos todos os elementos e submetidos todos os documentos necessários, o responsável terá que submeter a candidatura.

Note-se que após a submissão da candidatura, não será possível proceder a mais alterações. O candidato terá sempre a opção de gravar a candidatura e proceder a alterações sempre que necessário, clicando no botão “Gravar”, que se encontra no fim de cada página da Plataforma.

➤ Legislação aplicável

- Regime Jurídico do contratos-programa de desenvolvimento desportivo (Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na versão atualmente em vigor);
- Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na versão atualmente em vigor);
- Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na versão atualmente em vigor);
- Regulamento Geral das Edificações Urbanas (Decreto-Lei nº 38382, de 7 de agosto de 1951, na versão atualmente em vigor);
- Regime Jurídico de Segurança contra Incêndios em Edifícios (Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro, na versão atualmente em vigor);
- Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (Portaria n.º 1532/2008 de 29 de dezembro, na versão atualmente em vigor);
- Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada publicadas pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, na versão atualmente em vigor;
- Regime Jurídico das Instalações Desportivas de uso público (Decreto-Lei n.º 141/2009 de 16 junho, na versão atualmente em vigor).

FIM



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA JUVENTUDE E DO DESPORTO



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO **DESPORTO** E **JUVENTUDE**, I. P.

[WWW.IPDJ.PT](http://www.ipdj.pt)